



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL Dr JOÃO DOS SANTOS NEVES**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**CRENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
ESPECIALIZADOS EM DIAGNÓSTICO E CIRURGIAS NO APARELHO DA VISÃO**

Vitória – ES, 18 de Dezembro de 2019.



## 1. QUADRO RESUMO

- 1.01. Título e Objetivo Geral:** Credenciamento de Entidades privadas com e sem fins lucrativos, para prestação de serviços de diagnóstico e realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, especializados no Aparelho da Visão, em estruturas modulares (profissionais, equipamentos, insumos e correlatos), e adequações de espaços, para atendimento em todo o Estado do Espírito Santo.
- 1.02. Delimitação do Objeto:** Credenciamento de Entidades privadas com e sem fins lucrativos, especializados em Oftalmologia, para prestação de serviços de diagnóstico e realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme descrito neste Termo.
- 1.03. Modalidade de Licitação e Base Legal:** Credenciamento/Contratação, conforme Lei nº 8.666/93, Lei 8.080/90 e Portaria 288/08 MS.
- 1.04. Estimativa de custo MENSAL (inciso II, § 2º, art. 40, Lei 8.666/93): R\$ 3.120.555.40 (três milhões, cento e vinte mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), MÊS.**
- 1.04.1 - A planilha para investimento anual, constará do anexo I, fechando a demanda necessária e estimada do Estado, para reserva orçamentária.
- 1.05. Prazo estipulado de vigência contratual:** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo haver prorrogação contratual conforme previsto do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 1.06. Informação Orçamentária: Programa de Trabalho: 10.302.0030.2184; 10.302.0047.2184 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ – Fonte de recursos: 0104/0304/0155/0335/0355.**
- 1.07. Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e monitoramento:** GECORC – Gerência de Contratualização da Rede Complementar e HEJSN – Hospital Estadual Dr. João dos Santos Neves.
- 1.08. Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência:** Paulo Cesar Reblin – Gerência de Assistência Ambulatorial Especializada/ SSAS/ GAAE – (27) 3347-5664 / Fabio Bastianelle da Silva Diretor Geral do HJSN (27) 3732-2904.
- 1.09. Versão e data do Termo de Referência:** Versão 1.00 – 18/12/2019.
- 1.10. Data prevista para implantação:** Imediatamente após publicação do Resumo do Contrato assinado, no Diário Oficial do Estado do ES.
- 1.11. Fiscalização:** Hospital Estadual Dr. João dos Santos Neves- SESA.



## 1. DO OBJETO

Credenciamento de empresa para prestação de serviços de diagnóstico e realização de procedimentos cirúrgicos eletivos no aparelho da Visão, aos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Espírito Santo, atendendo inicialmente aos pacientes das Regiões Central e Norte do Estado do Espírito Santo, que corresponde a 32 (trinta e dois) Municípios e uma população estimada de 956.163 habitantes, conforme Protocolo Clínico de Regulação do Acesso e seus respectivos diagnósticos, pelo período de vigência estipulado em Edital de Credenciamento, conforme quantitativos máximos descritos no **ITEM 03** deste Termo.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

A oftalmologia é uma especialidade médica que se dedica ao estudo e tratamento das doenças e erros de refração apresentados pelo olho. A visão é a capacidade que o indivíduo tem, por meio do olho, de perceber o universo que o cerca. Oitenta por cento da relação do ser humano com o mundo se dá através do sentido da visão. Para que o sentido da visão seja aproveitado de maneira plena, é fundamental que toda a via sensorial visual esteja perfeita (os dois olhos, os nervos ópticos e o cérebro, mais especificamente o córtex cerebral occipital).

Doenças oculares são problemas oftalmológicos provocados por inúmeros motivos, desde causas genéticas até os hábitos e estilos de vida. A médio e longo prazo podem causar, entre outras coisas, dificuldade na visão e até mesmo, em casos mais graves, a cegueira. Importante destacar a importância da consulta médica especializada oftalmológica, que tem como um de seus objetivos a prevenção doenças potencialmente graves que podem afetar os olhos.

Dentre as doenças oftalmológicas mais graves podemos citar:

- Degeneração Macular Relacionada com a Idade (DMRI) - A DMRI é a principal causa de cegueira em pessoas acima de 50 anos. Ela provoca uma lesão e desgaste na parte central da retina, chamada de mácula, que deixa a visão embaçada e faz surgir uma mancha central escura.
- Glaucoma: O glaucoma é uma doença que atinge o nervo óptico, de forma que ele deixa de levar as informações visuais para o cérebro. Ela é causada, na maioria das vezes, pelo aumento da pressão intraocular, devido a uma dificuldade na drenagem no líquido, chamado de humor aquoso, que circula dentro do olho. Se não tratado, causa dano permanente ao nervo e perda de visão.
- Retinopatia Diabética: A retinopatia diabética surge em paciente com diabetes, principalmente quando a glicemia não está controlada. Nela, o aumento de concentração de glicose no sangue causa alterações na parede dos vasos sanguíneos da retina, causando vazamento e sangramento no local. No estágio inicial, a doença geralmente não apresenta sintomas. Porém, com sua progressão, a pessoa afetada passa a queixar-se da percepção de manchas, visão embaçada, perda de campo visual periférico ou central e, sem tratamento, até mesmo cegueira.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL Dr JOÃO DOS SANTOS NEVES**

- Descolamento de Retina: Responsável por transformar o estímulo luminoso em estímulo nervoso, a retina é a membrana que reveste internamente a parte posterior do globo ocular. Traumatismos, inflamações ou algumas doenças como a diabetes podem levar ao descolamento da retina. O descolamento de retina é uma emergência oftalmológica. Para evitar perda da visão, é preciso tratá-lo o mais rápido possível. Seu diagnóstico é comumente realizado através do exame de mapeamento de retina, também podendo ser utilizado o ultrassom em casos mais graves.
- Catarata: A catarata é geralmente causada pelo envelhecimento. Nesta doença, o cristalino se torna mais opaco o que impede a passagem de luz para a retina. A progressão da doença pode levar a perda da visão. Ainda nos dias atuais, é a principal causa de cegueira no mundo. Contudo, a cegueira causada pela doença pode ser revertida com cirurgia.
- Doenças Inflamatórias: Algumas doenças infecciosas podem interferir na saúde ocular e, se não diagnosticadas e tratadas, podem levar à baixa de visão e até mesmo a sua perda. A infecção causa uma inflamação local que compromete a retina. Algumas dessas doenças são: toxoplasmose, toxocariase, doença de Lyme, AIDS, herpes.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente cerca de 285 milhões de pessoas estão visualmente prejudicadas no mundo, dos quais, entre 60% a 80% dos casos podem ser evitados e tratados. No Brasil, o último Censo Demográfico (IBGE 2010) identificou mais de 35 milhões de pessoas com algum grau de dificuldade visual.

A visão é um dos sentidos mais importantes e complexos do corpo humano, sendo responsável, naturalmente, por 85% das informações processadas no cérebro. Nada substitui o diagnóstico feito por um médico, mas alguns hábitos podem ser adotados no dia a dia na busca por qualidade e conforto para a visão, e mesmo na prevenção de doenças potencialmente graves que podem afetar os olhos. A detecção precoce de problemas oculares pode evitar a cegueira. Por isso, são importantes as visitas regulares ao oftalmologista, além dos cuidados diários.

Diante da importância do acesso do usuário aos serviços desta especialidade oferecidos pelo SUS e, considerando o vazio assistencial e a demanda crescente por atendimento em oftalmologia e a incidência desde agravo na população capixaba, com sobrecarga da demanda dos municípios aos serviços de referência Estadual.

Considerando a demanda reprimida apresentada pelo Sistema de Regulação Estadual, cerca de 50.148 pacientes aguardam por consulta oftalmológica, e destes, 13.540 são munícipes das regiões Central e Norte. Importante ressaltar que essa fila deverá ser qualificada, seguindo critérios clínicos de prioridade para o atendimento, sendo que a falta de qualificação pode acarretar agravo no quadro clínico do paciente.

Considerando que os serviços de Oftalmologia implantados nos Núcleos Regionais de Especialidades de todo Estado não absorvem as demandas de consultas oftalmológicas, ressaltando que a demanda reprimida é, hoje, expressiva.

Considerando que os serviços ofertados em rede própria do Estado em exames/terapias de média e alta complexidade, ainda é muito aquém das necessidades em saúde dos usuários,



sendo portanto, necessária à aquisição de serviços em caráter complementar à rede própria e credenciada do Estado.

Diversas são as motivações que apontam para a necessidade de contratação de empresas para prestação de serviços, dentre elas:

- Cumprir os princípios da Universalidade e da Integralidade do SUS;
- Dar aos usuários condições diagnósticas para continuidade ao tratamento;
- Dar aos gestores municipais apoio no acesso aos serviços de saúde de atenção secundária aos seus municípios.

Por todo o exposto, resta comprovada a necessidade da efetiva contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, com vistas a uma maior oferta de serviços de forma complementar à oferta atual na rede pública e filantrópica, como forma de dar maior agilidade ao atendimento das demandas cadastradas no sistema de regulação, possibilitando estabelecimento de prazos para atendimento da fila de espera, de acordo com a prioridade e a classificação de risco.

### **3. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

Contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados de Diagnóstico e Cirúrgicos Eletivos em Oftalmologia, para atender todo o Estado, para os pacientes encaminhados pela Rede SUS conforme Protocolo Clínico de Regulação do Acesso e seus respectivos diagnósticos, inicialmente, aos pacientes residentes na Região NORTE e Região CENTRAL contemplando os Municípios relacionados neste Termo, pelo período de vigência estipulado em Edital de Credenciamento, conforme descrição e quantitativos descritos abaixo:

#### **Rol de procedimentos para consultas, exames e cirurgias, estimativa mensal, a pacientes de 0 a 130 anos**

<b>PORTARIA ESTADUAL</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO/CONSULTA</b>	<b>QUANT</b>	<b>PORTARIA ESTADUAL</b>	<b>TOTAL R\$ (1)</b>
233100	<b>CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA</b> (OFERTANDO MINIMAMENTE EXAMES: TONOMETRIA, BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO; MAPEAMENTO DE RETINA): FINALIDADE DIAGNÓSTICA 1. DÉFICIT VISUAL 2. CEFALÉIA 3. RETINOPATIA DIABÉTICA / HIPERTENSIVA 4. INFLAMAÇÃO OCULAR 5. CATARATA 6. GLAUCOMA 7. ESTRABISMO INFANTIL 8. CÓRNEA	4.000	30,00	120.000,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL Dr JOÃO DOS SANTOS NEVES

COD. SIGTAP	ESPECIFICAÇÃO/CIRURGIA	QUANT	VALOR DE REFERÊNCIA TABELA SUS	TOTAL R\$
04.05.01.001-0	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO	50	116,42	5.821,00
04.05.01.003-6	DACRIOCISTORRINOSTOMIA	20	681,67	13.633,40
04.05.02.001-5	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)	20	694,88	13.897,60
04.05.02.002-3	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)	20	485,37	9.707,40
04.05.03.013-4	VITRECTOMIA ANTERIOR	250	381,08	95.270,00
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER	1000	78,75	78.750,00
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	2500	771,60	1.929.000,00
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA	250	297,46	74.365,00
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	1000	209,55	209.550,00
04.05.03.016-9	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER	20	2.921,17	58.423,40
04.05.03.014-2	VITRECTOMIA POSTERIOR	20	1.619,67	32.393,40
04.05.03.017-7	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER	20	3.283,41	65.668,20
04.05.04.020-2	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL	150	323,34	48.501,00
04.05.03.005-3	INJEÇÃO INTRA - VITREO	500	82,28	41.140,00
<b>Total (2)</b>		<b>5820</b>		<b>2.676.120,40</b>
COD. SIGTAP	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR DE REFERÊNCIA TABELA SUS	TOTAL R\$
02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR) 2X	2500	24,24	60.600,00
03.01.10.001-2	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2500	0,63	1.575,00
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA COM GRÁFICO	1500	24,24	36.360,00
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA	2500	24,24	60.600,00
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA	2500	24,24	60.600,00
02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA	500	14,81	7.405,00
02.05.02.008-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	1000	24,24	24.240,00
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO BASICA (EXCETO MÉDICO)	4320	6,30	27.216,00
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA (ANESTESISTA)	4320	10,00	43.200,00
02.11.06.024-0	TESTE P/ ADAPTACAO DE LENTE DE CONTATO	50	12,34	617,00
02.11.06.006-2	CURVA DIARIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS)	200	10,11	2.022,00
<b>TOTAL (3)</b>		<b>21.890</b>		<b>324.435,00</b>
<b>INVESTIMENTO MÊS (1+2+3)</b>		<b>31.710</b>		<b>3.120,555,40</b>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL Dr JOÃO DOS SANTOS NEVES

MUNICÍPIOS e POPULAÇÃO REGIONAL							
Região Central	650.455	Região Norte	429.745	Região Metropolitana	2.207.896	Região Sul	685.601
Águia Branca	10.075	Água Doce do Norte	11.958	Afonso Cláudio	32.407	Alegre	32.175
Alto Rio Novo	7.979	Barra São Francisco	44.946	Brejetuba	12.797	Alfredo Chaves	15.029
Aracruz	96.746	Boa Esperança	15.390	Cariacica	384.621	Anchieta	28.091
Baixo Guandu	31.633	Conceição da Barra	31.353	Conceição Castelo	12.856	Apiacá	7.928
Colatina	123.598	Ecoporanga	24.243	Domingos Martins	34.589	Atilio Vivacqua	11.335
Gov. Lindemberg	12.444	Jaguaré	29.150	Fundão	20.376	Bom Jesus Norte	10.215
Ibiraçu	12.471	Montanha	19.309	Guarapari	121.506	Cachoeiro Itapemirim	210.325
João Neiva	17.096	Mucurici	5.873	Ibatiba	25.567	Castelo	38.070
Linhares	166.491	Nova Venécia	50.647	Itaguaçu	14.822	Divino S. Lourenço	4.630
Mantenópolis	15.272	Pedro Canário	26.336	Itarana	11.259	Dores do Rio Preto	6.920
Marilândia	12.479	Pinheiros	26.863	Laranja Terra	11.447	Guaçuí	30.946
Pancas	23.559	Ponto Belo	7.826	Marechal Floriano	16.339	Ibitirama	9.379
Rio Bananal	19.321	São Mateus	126.437	Sta Leopoldina	12.887	Iconha	13.904
S. Domingos Norte	8.764	Vila Pavão	9.414	Sta Maria Jetibá	39.396	Irupi	13.240
S. Gabriel Palha	36.858			Santa Teresa	23.882	Itapemirim	34.585
S. Roque Canaã	12.483			Serra	494.109	Iúna	29.743
Sooretama	28.509			Venda Nova Imig	24.165	Jerônimo Monteiro	11.957
Vila Valério	14.677			Viana	75.652	Marataízes	38.301
				Vila Velha	479.664	Mimoso do Sul	27.369
				Vitória	359.555	Muniz Freire	18.826
						Muqui	15.717
						Piúma	21.030
						Presidente Kennedy	11.396
						Rio Novo do Sul	12.070
						São José do Calçado	11.024
						Vargem Alta	21.396

3.1 – O acesso será mediante regulação definida pela secretaria de estado da saúde adotando o manual do Conselho Brasileiro de Oftalmologia





#### **4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.1** Alvará Sanitário fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da contratada.

4.1.1 - Após ser declarada como vencedora, a referida empresa deverá apresentar a regularidade junto a Vigilância Estadual ou Municipal num prazo de 30 dias

**4.2** Cadastro do CNPJ junto ao CNAI – Classificação Nacional de Atividade Econômica, no serviço necessário para o desenvolvimento do objeto deste Termo;

**4.3** Comprovação de registro do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina Estado da Sede da empresa (art. 30, I, da Lei nº 8.666/1993).

4.3.1 - Após ser declarado como vencedora, a referida empresa deverá inscrever seus profissionais no referido Conselho de Classe do Estado do Espírito Santo.

**4.4** Atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou particular, para o atendimento (serviço) pretendido.

#### **5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA**

**5.1** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente (com firma reconhecida em cartório), contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da participante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios;

**5.1.1** Para Sociedade Anônima e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas explicativas do balanço.

**5.1.2** Para outras empresas:

- Balanço patrimonial registrado na Junta Comercial;
- Demonstração do resultado do exercício.
- Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

**5.2** Somente serão habilitados os participantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

5.2.1 As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:





i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral;  
AC – Ativo Circulante;  
RLP – Realizável a Longo Prazo;  
PC – Passivo Circulante;  
PNC – Passivo Não Circulante\*;

ii) Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;  
AT – Ativo Total;  
PC – Passivo Circulante;  
PNC – Passivo Não Circulante\*;

iii) Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;  
AC – Ativo Circulante;  
PC – Passivo Circulante;

**5.3** Os credenciados que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, ou prestar garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, na forma do § 1º do art. 56 do mesmo diploma legal, para fins de habilitação;

**5.3.1** A comprovação de patrimônio líquido mínimo será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8.666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.

**5.4** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

---

\* Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).



**5.4.1** No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura do credenciamento.

**5.4.2** Caso o credenciado se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser cumprido, por meio da documentação apropriada a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação, constante neste edital.

Parágrafo primeiro. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

Parágrafo segundo. A comprovação dos índices referidos na alínea “b”, bem como do patrimônio líquido aludido na alínea “c”, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na alínea “a” deste item, constituído obrigação exclusiva do participante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

## **6. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**6.1** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**6.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

**6.3** Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

**6.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

## **7. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**7.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**7.2** Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante, e Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

**7.3** Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União;

**7.4** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**7.5** Alvará de Localização Municipal;

**7.6** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



**7.7** Certidão de Regularidade no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES, quando cadastrado no SIGA;

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da Credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A credenciada deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a credenciada poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a credenciada terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela credenciada a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**8.1.** A fiscalização da execução do contrato ocorrerá mediante procedimentos de supervisão indireta ou “in loco”, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste termo e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados;

**8.1.1.** Será designado um (a) servidor (a) do HEJSN, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços;

**8.2.** Providenciar a publicação do instrumento contratual;



- 8.3.** Garantir o pagamento destinado à cobertura dos serviços executados desde que autorizados;
- 8.4.** Monitorar os indicadores de qualidade do serviço prestado por meio da Gerência de Contratualização da Rede Complementar (GECORC);
- 8.5.** A Contratante disponibilizará as suas dependências físicas e adequadas para Contratada executar os serviços, atendendo as legislações (Estadual, Municipal e Federal).

## **9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 9.1** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;
- 9.2** Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado;
- 9.3** Manter sempre atualizados os prontuários dos pacientes;
- 9.4** Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente, conforme Código de Ética Médica;
- 9.5** Assegurar ao paciente o acesso a seu prontuário;
- 9.6** Esclarecer aos pacientes e familiares/responsáveis sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 9.7** Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Termo de Referência;
- 9.8** Informar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, todos os dados sobre quantitativos de procedimentos realizados;
- 9.9** Cabe a CONTRATADA realizar visita técnica antes de realizações de consultas, diagnósticos e procedimentos cirúrgicos nas Unidades Hospitalares/Unidades de Saúde, devendo as mesmas, possuir todos os mecanismos de suporte técnico assistencial aos pacientes que apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas a realização do procedimento até a sua alta.
- 9.10** Informar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, todos os dados qualitativos de procedimentos realizados.
- 9.11** Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE designados para tal fim, de acordo com os artigos 15, incisos I e XI e artigo 17, incisos II e XI da Lei Federal 8.080/90;
- 9.12** Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos profissionais necessários para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos à CONTRATANTE e/ou MINISTÉRIO DA SAÚDE;



**9.13** Prestar os serviços, utilizando os seus equipamentos e insumos, utilizando sempre a melhor técnica para atendimento ao objeto deste credenciamento;

**9.14** Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS, com base nos princípios de regionalização e acessibilidade;

**9.15** Comprovar os registros dos profissionais de saúde que executarão o serviço contratado, junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM e afins);

**9.16** Manter o quadro de funcionários atualizado no SCNES, bem como os demais itens da estrutura;

**9.17** Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão;

**9.18** Executar o serviço contratado, diretamente, sendo vedada a cessão total ou parcial da atividade;

**9.19** Seguir a padronização e identidade visual fornecida pelo Estado, nos uniformes, crachás de identificação e formulários.

## **10. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1** Os serviços deverão ser executados nas dependências do Hospital Dr João dos Santos Neves, ou instalações ofertadas pela Contratante, mas sempre dentro do município de Baixo Guandu/ES, e também, em estruturas próprias da Contratada, ou modulares a se adequarem aos espaços fornecidos pela Contratante, de forma a contemplar amplo acesso ao municípios a serem atendidos.

**10.2** A prestação dos serviços, objeto deste contrato compreende a execução de procedimentos na área de Assistência Ambulatorial Especializada para pacientes/usuários do SUS, conforme descrito neste Termo.

**10.3** Na execução dos serviços objeto do credenciamento, os pacientes/usuários do SUS deverão ser referenciados pelo Núcleo Especial de Regulação de Consultas e Exames da Secretaria Estadual de Saúde. Havendo alterações no modelo de regulação utilizado, os fluxos e rotinas serão normatizados pela SESA e sua operacionalização estabelecida e informada aos serviços credenciados, cabendo a contratada informar com 15 dias de antecedência a grade com o quantitativo de consultas, exames e cirurgias mês.

**10.4** Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II; "b" da Lei no 8.666/93, e demais legislações correlatas.

## **11. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO**



**11.1** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos procedimentos necessários para diagnóstico na especialidade em oftalmologia. O valor referência estipulado refere-se à consulta e exames necessários para diagnóstico nas diversas condições clínicas estabelecidas Tabela inserida deste Termo, no valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a **Portaria Nº 083-R, de 01 de outubro de 2019**. Exames, cirurgias, e pré-cirúrgicos, seguirão os valores de referência da Tabela SUS – SIGTAP.

**11.2** Os preços estipulados são fixos e irreajustáveis, até a redefinição dos valores pela Secretaria Estadual de Saúde, ou portaria ministerial.

## **12. DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA**

**12.1** O credenciamento encerra no atendimento a demanda descrita neste Termo, podendo ser reaberto, caso a demanda cresça, respeitando os limites financeiros e orçamentários.

**12.2** O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme previsto no art. 57 da Lei 8.666/1993.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** O atraso injustificado na execução do objeto deste credenciamento sujeitará o CREDENCIADO à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

**13.1.1** Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do serviço CREDENCIADO, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso serviço CREDENCIADO, encontre-se parcialmente executada;

**13.1.2** Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

**13.1.3** A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Credenciamento e aplique as outras sanções previstas no item 16.2 deste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

**13.2** A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação das seguintes sanções ao CREDENCIADO:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante,



convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

**13.3** As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a SESA deverá notificar o CREDENCIADO, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do CREDENCIADO reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;

d) O CREDENCIADO comunicará a SESA as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo de credenciamento e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;





e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a SESA proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do CREDENCIADO, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

**13.4** Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao CREDENCIADO, relativos às parcelas efetivamente executadas sobre o serviço CREDENCIADO.

**13.5** Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do ajuste, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pelo CREDENCIADO.

**13.6** Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do CREDENCIADO, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

#### **14. DO DESCRENCIAMENTO E DA REVOGAÇÃO**

**14.1.** O descumprimento de quaisquer condições previstas neste Termo de Referência, na Lei Federal nº. 8.666/93, e Lei Estadual 9.090/2008, ensejará o descredenciamento da instituição e, conseqüentemente, a rescisão do contrato.

**14.2.** Naquilo que couber, será adotado para o descredenciamento os mesmos procedimentos utilizados para a rescisão do Contrato.

**14.3.** Ocorrendo o descredenciamento imputado por sanções administrativas, o interessado somente poderá solicitar novo credenciamento após 06 (seis) meses, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**14.4.** A SESA poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos Credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

#### **15. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1** As entidades credenciadas serão fiscalizadas pelo HOSPITAL ESTADUAL JOÃO DOS SANTOS NEVES.

**15.2** A CONTRATADA deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante do Estado.

**15.3** As instituições serão avaliadas e fiscalizadas de acordo com os critérios estabelecidos em Contrato, devendo a CONTRATANTE observar os seguintes aspectos:



**15.3.1** Quanto aos pacientes:

- a) Número de procedimentos contratados X Procedimentos realizados;

**15.3.2** Quanto a Contratada:

- a) Estrutura física / equipamentos e insumos;  
b) Protocolos e fluxos de atendimento em acordo às diretrizes do Ministério da Saúde;  
c) Acolhimento;

**15.4.** Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos no item 9 ou das obrigações e vedações constantes nos Anexos, a CONTRATADA será notificada para adequação no prazo determinado pela SESA.

**15.6.** Nos casos em que a CONTRATADA deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à assistência, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente mediante justificativa, até que se proceda a sua correção.

**15.6.1.** A notificação da contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensa a abertura de processo administrativo e a aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93.

## **16. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS.**

**16.1.** A **Contratada** deverá atender as especificações do objeto garantindo o acesso de todos, tendo como prioridade, os que por Lei adquiriram seus direitos.

**16.2.** Todos os insumos e correlatos, equipamentos e recursos humanos necessários para a realização dos serviços serão de responsabilidade da **Contratada**;

**16.3.** A **Contratada** deverá apresentar no início do contrato, ao Sistema de Regulação Estadual, as agendas/escalas fixas considerando o quantitativo de contrato de cada especialidade/consulta contratada. As agendas/escalas deverão ser apresentadas em formulário padrão adotado pelo SISTEMA NACIONAL DE REGULAÇÃO – SISREG.

**16.4.** A **Contratada** deverá responsabilizar-se pela organização das agendas, de acordo com seus Planos Operativos ou os respectivos contratos, sendo necessária autorização da coordenação da Central de Regulação Estadual, qualquer mudança na sua configuração e comunicando até o quinto (5º) dia do mês anterior quaisquer alterações previsíveis na agenda do mês subsequente, garantindo o atendimento caso já existam agendas marcadas, utilizando o formulário padrão do SISREG.

**16.5.** A **Contratada** deverá comunicar imediatamente sobre qualquer situação imprevisível que cause alterações temporárias e imediatas de capacidade instalada e, conseqüentemente, da oferta de serviços em qualquer das Unidades Executantes, seja de caráter humano ou material, de forma a providenciar o afastamento dos profissionais responsáveis pelas agendas que estiverem impedidas, evitando assim problemas no fluxo de encaminhamento. Esta informação deve ser feita de forma imediata, por email ou telefone ao usuário, às Centrais Municipais de Regulação do município de residência do paciente, bem como, à Central de Regulação Estadual;



**16.6.** A **Contratada** deverá registrar todos os usuários atendidos, devendo manter atualizadas as “chaves de confirmação” do SISREG diariamente ou ao fim, de cada semana de atendimento. A confirmação do atendimento pela **Contratada** no SISREG deverá ser realizada somente após os usuários serem efetivamente atendidos e finalizados o atendimento, vez que poderá ocorrer interrupção na realização da consulta no dia agendado, por motivos diversos, inclusive inerentes as condições físicas e psíquicas do próprio paciente;

**16.7.** A **Contratada** deverá indicar profissional (gestor) de referência para o referido contrato e comunicar oficialmente à Central de Regulação Estadual as alterações desse profissional de referência. Este profissional de referência poderá participar dos treinamentos e atualizações que se fizerem necessárias para o bom desempenho do serviço;

**16.8.** O profissional de referência indicado pela **Contratada** para o contrato em questão será cadastrado no SISREG como operador da unidade executante, recebendo seu respectivo LOGIN e SENHA. A contratada poderá indicar outros profissionais para cadastro de operador de unidade executante no SISREG. Esses profissionais serão responsáveis por: verificar diariamente a agenda relacionada ao seu serviço no SISREG; atualizar no SISREG os avisos de atendimento aos usuários e/ou unidades solicitantes municipais (centrais municipais de regulação) pertinentes à realização adequada da consulta; atualizar as “chaves de confirmação” do atendimento no SISREG;

**16.9.** A **Contratada** deverá conferir as documentações necessárias para realização da consulta. Os usuários deverão estar inseridos no SISREG e apresentar-se no atendimento, munidos dos seguintes documentos: Guia de Referência e Contra Referência (GRCR) original, datada, carimbada e assinada pelo médico assistente; cópia do cartão nacional do SUS atualizado, documento com foto e um comprovante de residência. A contra-referência deverá ser preenchida devidamente no formulário original e entregue ao usuário ao fim do atendimento para encaminhamento/seguimento do tratamento junto ao médico assistente que referenciou. A GRCR deverá ser copiada pela Contratante para entrega do faturamento conforme descrito no item 7.3; Os procedimentos para contra-referência que constam no rol de procedimentos da contratada poderão ser inseridos no SISREG e por ela atendidos, respeitando o quantitativo informado em grade.

**16.10** A Não observância pela **Contratada**, da documentação necessária mencionada nos itens 16.9, poderá implicar em **NÃO PAGAMENTO** da prestação dos serviços realizados;

**16.11.** Durante a execução dos serviços a **Contratada** estará sujeita à supervisão, pela **Contratante**, por meio de equipe médica, sempre que considerar necessário.

## 17. DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS E EXAMES

A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências da contratada e do Hospital Dr. João dos Santos Neves em Baixo Guandu, ou ainda onde a administração pública determinar.

## 18. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO



- 18.1** A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por funcionário designado pela **Contratante** logo após a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços. O mesmo fará relatório em formulário próprio que será anexado em processo de pagamento;
- 18.2** O servidor responsável pela fiscalização dos serviços deverá atestar a prestação dos mesmos, dando o “ateste” na Nota Fiscal, tendo o prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a realização do serviço;
- 18.3** O servidor poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução dos serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos quando for possível e imediato quando necessário, contados a partir de comunicação escrita e feita à **Contratada**, apontando as irregularidades a serem corrigidas;
- 18.4** Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a **Contratada** obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- 18.5** Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a **Contratada** será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado.

## **19. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

A Secretaria Estadual de Saúde-ES, através do Hospital Dr. João dos Santos Neves, pagará ao CREDENCIADO pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, sendo vedada a antecipação, na forma abaixo:

**19.1** Caberá a Credenciada no 2º dia útil do mês subsequente enviar arquivo de APAC/BPAI para processamento no SIA pela SESA/NEPA. A credenciada deverá encaminhar à Superintendência Regional de Saúde de Colatina a relação dos pacientes atendidos com quantidade de cada procedimento realizado, na competência anterior.

**19.2** No 07º dia útil, o NEPA finalizará a processamento da produção e enviará o relatório da síntese de produção para a Superintendência Regional de Saúde de Colatina conferir com a relação enviada pelo estabelecimento, publicar no sistema PRESTADOR SUS, no site da SESA o valor aprovado no SAI para emissão de nota fiscal pelo estabelecimento.

**19.3** Após, o CREDENCIADO deverá apresentar a Nota Fiscal, em no máximo 02 (dois) dias ao Hospital Estadual Dr. João dos Santos Neves, para atestar (em caso de validação dos atendimentos realizados x produção aprovada), realizar a conferência dos documentos legais (certidões municipal, estadual e federal), e providenciar o pagamento.

## **20. DOS PRAZOS**

### **20.1 PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA**



**20.1.1.** Após publicação do Resumo do Contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, data esta que será encerrada a habilitação, a **Contratada** terá até 20 (vinte) dias corridos para início da execução dos serviços;

**20.1.2.** A entrega dos serviços objeto desta aquisição se dará por meio da efetiva realização do procedimento, de acordo agendamento realizado através da Central de Regulação dos municípios e/ou da Central de Regulação Estadual-SISREG.

## **21. ASSINATURAS E APROVAÇÕES**

Vitória, 18 de Dezembro de 2019.

**Aprovação:**

---

**FÁBIO BASTIANELLE DA SILVA**  
Diretor Geral / HJSN